



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
SEXTA CÂMARA

Processo nº. : 10510.000718/99-11  
Recurso nº. : 122.206  
Matéria: : IRPF - EX.: 1996  
Recorrente : TERESA DE JESUS SOBRAL  
Recorrida : DRJ em SALVADOR - BA  
Sessão de : 19 DE OUTUBRO DE 2000  
Acórdão nº. : 106-11.571

**IRPF - RESTITUIÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA** - não são consideradas como valores recebidos a título de incentivo à adesão a PDV, estando sujeitas às normas de tributação em vigor, as parcelas relativas a férias e licença prêmio.

Recurso negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por TERESA DE JESUS SOBRAL.

ACORDAM os Membros da Sexta Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

DIMAS RODRIGUES DE OLIVEIRA  
PRESIDENTE

SUELI EFIGENIA MENDES DE BRITTO  
RELATORA

FORMALIZADO EM: 19 FEV 2001

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros LUIZ FERNANDO OLIVEIRA DE MORAES, THAISA JANSEN PEREIRA, ORLANDO JOSÉ GONÇALVES BUENO, ROMEU BUENO DE CAMARGO, RICARDO BAPTISTA CARNEIRO LEÃO e WILFRIDO AUGUSTO MARQUES.

**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

Processo nº. : 10510.000718/99-11  
Acórdão nº. : 106-11.571

Recurso nº. : 122.206  
Recorrente : TERESA DE JESUS SOBRAL

**R E L A T Ó R I O**

TERESA DE JESUS SOBRAL, já qualificada nos autos, apresenta recurso objetivando a reforma da decisão do Delegado da Receita Federal de Julgamento de Salvador.

Os autos têm início com o pedido de restituição do imposto de renda incidente sobre a "verba indenizatória" recebida por adesão ao Programa de Demissão Voluntária, instruído pelos documentos de fls. 02/06, da qual fazem parte termo de rescisão contratual, declaração de ajuste anual e comprovante de rendimentos pagos e de retenção de imposto de renda na fonte.

Sua solicitação foi, preliminarmente, examinada e indeferida pelo Delegado da Receita Federal em Aracaju (fls.13/16).

Cientificada dessa decisão, tempestivamente, apresentou sua manifestação de inconformidade de fls.20/21, instruída pelos documentos de fls. 22/34.

Suas alegações podem assim serem resumidas:

- as verbas percebidas a título de adesão a Programa de Demissão Voluntária assim como as relativas a férias e licença tem caráter indenizatório;
- a IN/SRF n.º 165/98 determina a não constituição de créditos tributários e o cancelamento dos lançamentos sobre essas verbas;



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

Processo nº. : 10510.000718/99-11  
Acórdão nº. : 106-11.571

- nesse sentido também é o Ato Declaratório n.º 003/99;
- o Parecer COSIT n.º 04, orientou que o prazo a ser considerado era o previsto no art. 168 CTN;
- A Norma de Execução SRF n.º 01 de 28/04/99 excluiu do conceito de PDV os incentivos a aposentadoria;
- essa interpretação é de causar perplexidade pois a indenização é paga em função de uma dispensa sem justa causa.

A autoridade julgadora de primeira instância acatou parcialmente seu pedido, em decisão de fls. 35/36, que contém a seguinte ementa:

**"PDV. RESTITUIÇÃO. As verbas indenizatórias decorrentes da participação em programas de demissão voluntária (PDV) não se sujeitam a incidência de imposto de renda, mesmo que o beneficiário possua tempo de vinculação previdenciária."**

Dessa decisão tomou ciência e, dentro do prazo legal, protocolou o recurso de fls.44/56, onde, após reiterar as razões de sua manifestação de inconformidade, requere a não tributação dos itens férias vencidas, férias proporcionais e saldo de salários de seu termo de rescisão de contrato de trabalho, haja vista que as verbas recebidas denominadas de férias e licença- prêmio não gozadas possuem caráter indenizatório, alegando possuir este direito adquirido e que este deve ser respeitada.

Como fundamento de seu pedido transcreve as Sumulas 123 e 136 do S.T.J e o art. 5.º, XXXVI da Constituição Federal.

É o Relatório.

*SBB*

*[Assinatura]*

**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

Processo nº. : 10510.000718/99-11  
Acórdão nº. : 106-11.571

**V O T O**

**Conselheira SUELÍ EFIGÊNIA MENDES DE BRITTO, Relatora**

O recurso é tempestivo, dele tomo conhecimento.

Preliminarmente, esclareço que a autoridade julgadora de primeira instância já autorizou a exclusão do valor pertinente ao "incentivo-aposentadoria", indicado à fl. 5, do montante a tributar na Declaração de Ajuste Anual de 1996. O pedido da contribuinte é, em grau de recurso, a não tributação dos valores recebidos a título de férias vencidas e proporcionais e saldo de salários.

Argumenta, que a Instrução Normativa nº 165/88 também da suporte a exclusão desses rendimentos.

O indicado ato normativo em seu artigo 1º assim estabelece:

*"Art. 1º - fica dispensada a constituição de créditos da fazenda Nacional relativamente à incidência do Imposto de renda na fonte sobre as verbas indenizatórias pagas em decorrência de incentivo à demissão voluntária."(grifei)*

Este entendimento foi ratificado em 07/01/99 pelo Ato Declaratório nº 3, que assim preleciona:

*"I – os valores pagos por pessoa jurídica a seus empregados , a título de incentivo à adesão a Programa de desligamento Voluntário – PDV, considerados, em reiteradas decisões do poder Judiciário, como verbas de natureza indenizatória, e assim reconhecidas por meio do PGFN/CRJ/Nº 1278/98, aprovado pelo Ministro do Estado da Fazenda em 17 de setembro de 1998, não se sujeitam à incidência do imposto de renda na fonte nem na Declaração de Ajuste Anual"(grifei)*

**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

Processo nº. : 10510.000718/99-11  
Acórdão nº. : 106-11.571

Posteriormente, pelo o Ato Declaratório (Normativo) nº 07 - DOU de 15/03/1999, pág. 277, o Coordenador – Geral do Sistema de Tributação esclareceu que:

**"O COORDENADOR-GERAL DO SISTEMA DE TRIBUTAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 199, inciso IV, do Regimento Interno aprovado pela Portaria nº 227, de 3 de setembro de 1998, e tendo em vista o disposto nas Instruções Normativas SRF nº 165, de 31 de dezembro de 1998 e nº 04, de 13 de janeiro de 1999, e no Ato Declaratório SRF nº 03, de 07 de janeiro de 1999, declara, em caráter normativo, às Superintendências Regionais da Receita Federal, às Delegacias da Receita Federal de Julgamento e aos demais interessados que:**

(...)

**II - entende-se como verbas indenizatórias contempladas pela dispensa de constituição de créditos tributários, nos termos da Instrução Normativa SRF nº 165/1998, aqueles valores especiais recebidos a título de incentivo à adesão ao PDV, não alcançando, portanto, as quantias que seriam percebidas normalmente nos casos de demissão;**

**III - não são considerados valores recebidos a título de incentivo à adesão a PDV, estando sujeitos às normas de tributação em vigor:**

**a) as verbas rescisórias previstas na legislação trabalhista ou em dissídio coletivo e convenções trabalhistas homologados pela Justiça do Trabalho, a exemplo de: décimo terceiro salário, saldo de salário, salário vencido, férias proporcionais, férias vencidas;**

**b) os valores recebidos em função de direitos adquiridos, anteriormente à adesão a PDV, em decorrência do vínculo empregatício, tais como o resgate de contribuições efetuadas à previdência privada em virtude de desligamento do plano de previdência;**

Dessa forma e considerando que todos os valores, cuja exclusão da tributação se requere, estão sujeitos a incidência do imposto de renda VOTO por negar provimento ao recurso.

Sala das Sessões - DF, em 19 de outubro de 2000

  
**SUELI EFIGÉNIA MENDES DE BRITTO**

